



DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/relaec.36693>

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA: DAS POLÍTICAS ÀS PRÁTICAS

REMOTE EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC: CHALLENGES AND POSSIBILITIES AND STUDENT PERMANENCE IN SCHOOL

Andreia Cristina Freitas Barreto (Universidade do Estado da Bahia), **Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos** (Universidade do Estado da Bahia)

RESUMO: Diante desse cenário pandêmico de incertezas e de isolamento compulsório, as variações de sentimentos e emoções são frequentes, a sensação de falta de controle das situações somados à sobrecarga de trabalho têm posto os professores num constante estado de alerta. Diante desse contexto que refletiremos a partir dos estudos (BARRETO; ROCHA, 2021; GATTI, 2020; IMBERNÓN, 2006) esse texto objetiva apresentar os impactos da COVID-19 na saúde emocional do/a professor/a diante das novas exigências do trabalho em sua forma de home office. A pandemia evidencia as fragilidades da formação docente e ressalta as características da precarização do trabalho, uma vez que a grande maioria dos educadores tem dificuldades de lidar com as questões tecnológicas. Concluímos que O home office tem provocado prejuízos à saúde dos/das professores/as nesse contexto. A formação docente precisa contemplar algumas competências e habilidades que são necessárias na contemporaneidade, como a utilização de tecnologias.

Palavras-chave: Tempos de Pandemia; Trabalho Docente; invisibilidade.

ABSTRACT: Faced with this pandemic scenario of uncertainties and compulsory isolation, variations in feelings and emotions are frequent, the feeling of lack of control over situations, added to the workload, have put teachers in a constant state of alert. Given this context that we will reflect from the studies (BARRETO; ROCHA, 2021; GATTI, 2020; IMBERNÓN, 2006) this text aims to present the impacts of COVID-19 on the emotional health of the teacher in light of the new demands of work in your home office way. The pandemic highlights the weaknesses of teacher training and highlights the characteristics of precarious work, since the vast majority of educators have difficulties in dealing with technological issues. We conclude that the home office has caused damage to the health of teachers in this context. Teacher training needs to contemplate some skills and abilities that are needed in the contemporary world, such as the use of technologies.

Keywords: Pandemic Times; Teaching Work; invisibility.

Introdução

Imersos num contexto pandêmico de inúmeras sobrecargas afetivas, emocionais e laborais, está o profissional docente que dentre muitos outros precisou se enquadrar no novo formato de trabalho (home office) para conseguir cumprir a sua carga horária profissional.

Contudo, diante desse novo contexto de trabalho e das novas exigências emergentes, o professor teve que se aperfeiçoar diante das novas tecnologias de informação e comunicação, participar de cursos e capacitações e manter o equilíbrio mental.

Conforme Nóvoa (2020), os professores estão na segunda linha de frente da batalha contra o Coronavírus, pois o conhecimento e a ciência possuem as respostas mais adequadas para superação dessa pandemia. As dinâmicas de mudanças trouxeram, portanto, a sobrecarga de demandas para o/a docente, público este que se apresenta em sua maioria por profissionais do gênero feminino e que são encarregadas dos afazeres domésticos e do cuidado com os filhos, além dos afazeres profissionais.

Diante desse cenário pandêmico de incertezas e de isolamento compulsório, as variações de sentimentos e emoções são frequentes, a sensação de falta de controle das situações somados à sobrecarga de trabalho têm posto os professores num constante estado de alerta.

Campos, Vêras e Araújo (2020) realizaram uma pesquisa sobre o trabalho docente e o adoecimento mental e identificaram que as novas configurações de trabalho, sobrecarga de trabalho e a superposição de atividades têm influenciado uma cultura produtivista que interfere na

saúde mental dos docentes. As autoras evidenciaram ainda que as taxas de prevalência de transtornos mentais apresentadas em estudos epidemiológicos envolvendo docentes são muito expressivas e destacam que é de fundamental importância dar atenção ao tema.

É, portanto, diante desse contexto que refletiremos nesse texto sobre os impactos da COVID-19 na saúde emocional do/a professor/a diante das novas exigências do trabalho em sua forma de home office.

Enfretamento da pandemia na Bahia: os dispositivos legais e a educação

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Neste contexto, o COVID-19 afetou os sistemas educacionais em todo o mundo, levando ao fechamento generalizado de escolas, faculdades e universidades.

Na Bahia, o governador Rui Costa decretou no dia 18 de março, por 30 dias, a suspensão das aulas nas instituições de ensino da rede estadual, incluindo as da rede particular. Importante destacar que após findado o prazo a suspensão das aulas presenciais foi prorrogada por mais 15 dias, as quais têm sido prorrogadas a cada 15 dias, com prazo para reanálise em 14 de outubro de 2020. Nesse período, o Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE/BA) publicou orientações para as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento de atividades

curriculares no período de suspensão das aulas.

Essas orientações tiveram como base a Portaria N^o 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação (MEC), que se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19, para instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino. Entretanto, como a Portaria só evidenciou a substituição das aulas presenciais por meios digitais nas instituições do ensino superior, o Conselho Nacional de Educação (CNE) apresentou uma Nota de Esclarecimento, no dia 18 de março de 2020, considerando as implicações da pandemia da COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior. Assim, a nota citada buscou elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem em face da suspensão das atividades escolares por conta de ações preventivas à propagação da COVID-19.

Neste sentido, a Nota de Esclarecimento do CNE foi fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) N^o 9.394/96, que prevê que:

Art. 32, § 4^o - O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

Art. 36, § 11^o - Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de

educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: (Incluído pela Lei n^o 13.415, de 2017).

VI - cursos realizados por meio de educação à distância ou educação presencial mediada por tecnologias. (Incluído pela Lei n^o 13.415, de 2017).

Nesse cenário, a Bahia, através do Conselho Estadual de Educação, aprovou a Resolução CEE N^o 27, de 25 de março de 2020, que foi homologada pelo Secretário de Estado da Educação da Bahia em 26/03/2020 e publicada no DOE em 27/03/2020. Assim, de acordo com essa Resolução:

Art. 1^o Fica reiterada a situação de Emergência em Saúde Pública, assinalando-se o Parecer CNE/CEB n^o. 1, de 29 de janeiro de 2002, como referência no cumprimento das medidas de prevenção e enfrentamento à COVID-19, pelo que se considera a possibilidade de reorganização das atividades curriculares, a partir dos projetos pedagógicos, com acompanhamento, pelas respectivas unidades escolares da educação básica, bem como pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES.

Art. 2^o Orientar as redes e unidades escolares da educação básica, bem como as Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, integrantes do sistema estadual de ensino da Bahia, a aplicação das atividades curriculares nos domicílios dos estudantes, por força das medidas temporárias de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional.

Art. 7^o. Recomendar à Secretaria da Educação do Estado da Bahia:

I) Articulação com o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia

- IRDEB, nos termos do que dispõe o Art. 253 da Constituição do Estado da Bahia, no intuito de ampliar o potencial de intermediação tecnológica na educação básica naquilo que concerne à produção, concepção e execução de práticas de difusão e de compartilhamento de materiais didáticos radiofônicos, televisivos e mídias de suporte digital, no conjunto das medidas que se constituem o foco da presente normativa;

II) Indicação para o Instituto Anísio Teixeira - IAT, em responsabilidade conjunta com redes públicas de educação básica e órgãos sistêmicos das redes públicas de educação, para a disponibilização de mídias educativas catalogadas, no intuito de ampliar a capacidade de utilização de tecnologias da informação e comunicação em contexto dos Territórios de Identidade, como dispõe a Lei Estadual nº. 13.214, de 29 de dezembro de 2014, fortalecendo a perspectiva do uso pedagógico das mesmas nas atividades curriculares nos domicílios dos estudantes.

Art. 9º As instituições que optarem pelo regime especial de atividade curricular, enquanto perdurar a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, devem comunicar ao CEE-BA em 30 (trinta) dias e aquelas que não optarem, por razões diversas, deverão reorganizar e dar ampla divulgação ao novo calendário, com a proposta de reposição de aulas na forma presencial, ao final do regime de Emergência em saúde pública. Parágrafo único. O referido no caput é exclusivo para o ano letivo de 2020.

Observa-se nos artigos acima que a resolução não apresenta mecanismos de formação para os professores para o uso das atividades remotas. Segundo Nóvoa (2020), em

uma *live* que marcou a abertura da Formação Continuada Territorial a Distância, promovida pela Secretaria da Educação do Estado, por meio do Instituto Anísio Teixeira (IAT), “a transição digital, por meio dos mais diversos dispositivos, irá acontecer de forma mais rápida e teremos uma mudança da escola. Será preciso criar novos ambientes de sala de aula e devemos nos reinventar enquanto educadores no pós-crise”.

Gatti (2020) defendeu que precisamos pensar numa nova forma de comunicação didática que esteja em consonância com os novos meios tecnológicos. Diante desse contexto, a formação continuada emerge como alternativa viável de consolidação para práticas objetivas e consolidadas.

O novo contexto tem sobrecarregado os educadores frente à disseminação do **vírus** nas redes particular e pública de diversos municípios que têm enfrentado demandas novas ao lado dos velhos conhecidos desafios do dia a dia da escola pública.

Vale destacar que o artigo 9º da Resolução CEE Nº 27, de 25 de março de 2020, foi alterado com a Resolução CEE Nº 34, de 28 de abril de 2020, que passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º A qualquer tempo, enquanto perdurar a situação de emergência sanitária, as instituições escolares podem aderir ao regime especial de aplicação de atividades curriculares nos domicílios dos estudantes, desde que sejam cumpridos os passos previstos no §2º do Art. 2º desta normativa e que seja feita a comunicação ao Conselho Estadual de Educação, em até 15 dias após a decisão de anuência para com o regime especial. (NR). Parágrafo único. O referido

no caput é exclusivo para o ano letivo de 2020.

Diante do exposto a Resolução quando faz referência em atividades curriculares, nos domicílios dos/as estudantes, não leva em consideração a realidade dos/as alunos/as que não tem acesso aos veículos de comunicação, alunos do campo, indígenas, quilombolas e de baixa renda, alunos que ainda não dominam as tecnologias digitais. Dessa maneira as consequências educacionais, são inúmeras e tem deixado professores, alunos e profissionais da educação em meio às incertezas e questionamentos sobre o futuro e o desenvolvimento do setor.

Algumas escolas, aqui no Brasil, estão criando estratégias para aqueles que não têm acesso às tecnologias para que a aprendizagem continue acontecendo, mesmo que a distância. No Piauí, uma das alternativas que as escolas vêm adotando é a ligação telefônica. Os/as professores/as ligam para os alunos que não têm acesso à internet, indicando o material, questões e leitura de livros. Outras unidades de ensino, no mesmo estado, têm adotado a entrega de apostilas semanais com atividades preparadas pelo professor, aos alunos, pais ou responsáveis, em datas e horários agendados, com um prazo para a entrega na escola e com a complementação de disparos de mensagens em SMS.

Em Goiás, tem acontecido o “Delivery” de atividades, que se dá através de agendamento telefônico com os pais e a impressão de listas. Essas são as ações que a Coordenação Regional de Educação (CRE) do Rio Verde encontrou para alcançar os/as alunos/as das 24 escolas da regional.

Em Santa Catarina, algumas escolas fixaram cartazes nas paredes dos pátios. Os/as alunos/as

fotografam e fazem as suas atividades em casa.

Na Bahia, as estratégias são diversas. Alguns municípios aderiram às plataformas digitais para o desenvolvimento de atividades síncronas, utilizando WhatsApp, Facebook, YouTube, dentre outras, para aqueles/as alunos/as que dispõem de aparelhos tecnológicos. Para os/as que não possuem acesso à internet, algumas escolas estão utilizando a entrega de materiais impressos, com datas agendadas para a correção dos mesmos. Também estão sendo utilizadas transmissões sobre alguns conteúdos via rádio e TV, com o objetivo de não perder o vínculo com os/as alunos/as.

Os/as que têm acesso à educação privada têm mais condições de utilização desses recursos, enquanto na escola pública, a maioria dos alunos não possuem internet de qualidade, para essa finalidade. Existem algumas experiências em alguns estados, como já foi abordado, mas claro, que não são nos níveis das instituições privadas, que possuem estrutura, têm suporte, internet de qualidade e banda larga.

Há um impacto muito grande nesses casos, que revelam ainda mais as desigualdades daqueles/as que têm acesso às plataformas, a conteúdos digitais melhor elaborados. Existe um documento instrutivo, que faz relação com o projeto político pedagógico da escola, revelando o quanto há organização na rede privada. Quanto à rede pública, infelizmente, não temos sequer acesso e, quando temos, trata-se de uma tecnologia de péssima qualidade. Isso impacta diretamente a qualidade de ensino da escola pública nesse cenário pandêmico.

Adoecimento docente em tempos de pandemia

Barreto e Rocha (2020) elucidam que as mudanças ocorridas nesse contexto pandêmico, desencadearam uma nova forma de comportamento social e acima de tudo, profissional. As autoras apontam que com a Pedagogia Pandêmica, as formas de se relacionar, de consumir; as estratégias de trabalhos e, sobretudo, o trabalho docente, foram impactados.

A atual conjuntura em que vive o país com o novo Coronavírus levou todos os estados da federação a decidirem suspender aulas presenciais com o intuito de frear a transmissão viral. Neste contexto, o trabalho remoto tornou-se uma realidade, ao mesmo tempo em que acabou propiciando o adoecimento emocional de muitos docentes, pois eles/as estão se desdobrando com tantas demandas das instituições para adaptar todo o planejamento presencial às aulas online.

A pandemia evidencia as fragilidades da formação docente e ressalta as características da precarização do trabalho, uma vez que a grande maioria dos educadores tem dificuldades de lidar com as questões tecnológicas. Assim, os docentes que não aceitavam o trabalho online, de repente foram forçados a fazê-lo. Muitos descobriram que são analfabetos digitais, o que tem provocado angústia e exaustão, visto que sem nenhum preparo as instituições de ensino passaram a exigir do professor habilidades com as ferramentas tecnológicas.

Sobre essa “deficiência” tecnológica, Barreto e Rocha (2020) apontam que “os professores e professoras são mais consumidores da tecnologia que produtores/as. Esse

fato se deve ao modelo de formação inicial que precisa ser pensado/adaptado para a contemporaneidade” (p. 9). É necessário repensar os modelos de formação de professores e professoras, verificar as necessidades contemporâneas, para atender ao “novo” perfil dos/as estudantes e do cenário.

Importante destacar que os professores e professoras, em muitos casos, não tiveram uma formação inicial que contemplasse o uso de tecnologias. Imbernón (2006, 35) já previa que nas próximas décadas a profissão docente deverá desenvolver-se em uma sociedade em mudança, com um alto nível tecnológico e um vertiginoso avanço do conhecimento.

O perfil discente também mudou. Estamos imersos em um mundo letrado científico e tecnológico, onde a escola não é o único lugar de apropriação do conhecimento (FREITAS, 2016; BARRETO et. al, 2017; BARRETO; LIMA; ROCHA, 2020; FREITAS; BRICCIA, 2022). É possível observarmos crianças e, acrescentamos ainda, adolescentes e idosos que não possuem o domínio do código escrito, porém conseguem manusear smartphones e tablets. Estamos atendendo a um público cada vez mais esperto e mais ágil, muitas vezes com mais conhecimentos tecnológicos que a classe docente. Daí a necessidade do/a professor/a se alfabetizar tecnologicamente.

E diante dessa falta de habilidade com a tecnologia, do “dia para a noite”, o/a professor/a teve que aprender a utilizar plataformas digitais, gravar e editar vídeos para conseguir desenvolver uma mediação tecnológica eficaz. Algumas instituições, em sua maioria

particulares, enviaram tutoriais e 'baixaram' portarias que deveriam ser seguidas. Dessa forma, o sentimento que parece estar mais adequado a esta realidade docente é o mal-estar, à medida em que se sentem afetados em relação ao sistema e às condições de trabalho. A sua imagem e representação também é abalada quando se veem relegados a desempenhar ações definidas por decisões, não representando muitas vezes as reais necessidades de seu trabalho.

A tecnologia deve ser uma aliada no processo educacional, servindo de suporte para o ensino, sendo utilizada como um meio facilitador e não como finalidade única. O uso pedagógico dos recursos digitais, para Gatti (2020), precisa ser ponderado e utilizado de forma adequada, pois "não estamos lidando com múmias e sim com pessoas" (GATTI, 2020, p. 3).

Dejours (1988) aponta a docência como uma profissão de sofrimento. Os desgastes físico e mental, ocasionados pelas exigências permanentes da profissão docente trazem, certamente, impactos em termos de bem-estar e saúde para a maioria dos profissionais da categoria.

Neste cenário, numa lógica de competitividade, onde o professor é visto apenas como um prestador de serviços, o adoecimento docente, principalmente por transtornos mentais, encontra terreno fértil (LANDINI, 2008).

Para Campos, Vêras e Araújo (2020), o adoecimento mental docente traz prejuízos não só para o profissional, mas também para a instituição por conta dos abandonos e afastamentos que acabam gerando

custos elevados. O ato de adoecer mentalmente pode ser classificado como um efeito colateral de sucessivas frustrações, precárias condições laborais e altas cargas de exigências, condições previsíveis causadoras de efeitos distintos entre os trabalhadores.

Esse contexto mostrou a invisibilidade do sofrimento docente. A precarização do trabalho do/a professor/a, que já era recorrente, se acentuou muito nessa pandemia. É só pensarmos que de acordo o Censo¹, o Brasil tem mais de 2,5 milhões de professores e professoras que atuam na educação básica. Provavelmente, boa parte desses/as professores/as trabalham em mais de uma escola para complementar a carga horária e renda. Assim, a situação desses/as professores/as que lecionam disciplinas diferentes, trabalha em escolas diferentes para planejarem as suas aulas em suas residências é problemática.

Estão esquecendo que os/as professore/as estão vivenciando a pandemia. É necessário refletir acerca da representação docente para a sociedade. Isso nos leva a um desenvolvimento de hipóteses que nos entristece, enquanto classe, por exemplo: Por que ainda na contemporaneidade a profissão docente é tão desvalorizada? É necessário lutar por esse reconhecimento, cobrar das autoridades competentes o desenvolvimento de políticas públicas que visem um acompanhamento de carreira para a valorização/motivação da profissão docente.

A seguir, apresentaremos a Figura 1, que representa um pouco do

¹Disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censos-educacionais-do-inep-revelam-mais-

de-2-5-milhoes-de-professores-no-brasil/21206. Acessado em 10 de setembro de 2020.

trabalho docente, nesse cenário pandêmico.

Figura 1 - Característica do trabalho docente na pandemia



Fonte: Elaborada pelas autoras.

É possível observarmos, na Figura 1, o quanto esse contexto mostrou claramente a invisibilidade do sofrimento docente. A sala de aula, que até então era considerada como um espaço físico, onde ocorriam as aulas presenciais, de um dia para o outro invade as casas dos/as professores/as e alunos/as e o que era para ser espaço para descanso, se entrelaça com o ambiente de trabalho e provoca um desgaste emocional, psicológico desses/as profissionais e também dos/as alunos/as.

Outro ponto importante que se destaca na Figura 1 é a carga horária ilimitada para o desenvolvimento do trabalho, agora composta por acesso a contas de WhatsApp e redes sociais para responder mensagens relacionadas ao ensino em diferentes turnos e dias da semana. A improvisação de lugares adequados para o desenvolvimento das atividades síncronas também faz com que muitos/as professores/as invadam a sua sala de estar, provocando uma quebra na rotina dos seus familiares e em muitas vezes

gerando alguns transtornos entre os membros da família.

Outras especificidades também que foram “afloradas” nesse contexto, como o potencial para gravar, editar, “ser Youtuber”, dar conta da casa, de companheiros/as e filhos/as. O que tudo isso pode resultar? Em um triste esgotamento emocional. Que suporte psicológico esses profissionais estão recebendo? É necessário se preocupar com o trabalho docente, mas também com a saúde desses/as profissionais.

Considerações finais

O home office tem provocado prejuízos à saúde dos/das professores/as nesse contexto. A formação docente precisa contemplar algumas competências e habilidades que são necessárias na contemporaneidade, como a utilização de tecnologias.

Sabemos o quanto está sendo necessária a importância de atividades síncronas e assíncronas nesse cenário para não perdermos o vínculo de aprendizagens com os/as alunos/as, mas temos a ciência que a verdadeira interatividade só acontece na sala de aula.

A exaustão está presente de forma acentuada nessa profissionalidade e nos entristece quando pensamos no descaso quanto ao trato desse/a profissional que está atuando como pode para não perder de vista a aprendizagem dos/as alunos/as. Quando observamos as diversas estratégias adotadas pela classe, fica visível o quanto tais profissionais têm se esforçado para que nenhum/a aluno/a fique excluído nesse momento contextual tão difícil de ser vivenciado.

Referências

BAHIA. Resolução do Conselho Estadual de Educação Nº 27, de 25 de março de 2020.

BAHIA. Resolução do Conselho Estadual de Educação Nº 34, de 28 de abril de 2020.

BARRETO, Andreia Cristina Freitas; LIMA, Marileide Moutinho Pamponet; ROCHA, Daniele Santos. EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE COVID-19. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, p. 72-80, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/33597>. Acesso: 14. set. 2021.

BARRETO, Andreia Cristina Freitas, ROCHA, D. S. Covid-19 e Educação: Resistências, Desafios e (Im)Possibilidades. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa**, v. 2, p. 01-11, jan./dez. 2020. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9555-5778>. Acesso: 14. set. 2021.

BARRETO, Andréia Cristina Freitas et al. Ciências para crianças pequenas: uma análise sob a ótica de professoras da educação infantil. **Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista**, v. 6, n. 6, p. 306-317, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229304144.pdf>. Acesso em 14. Set. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação/Gabinete do Ministro.

Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em 14. set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Nota de Esclarecimento de 18 de março de 2020. Disponível em: <http://consed.org.br/media/download/5e78b3190caee.pdf>. Acesso em 14. set. 2021.

CAMPOS, Taís; VÉRAS, Renata Meira; ARAÚJO, Tânia Maria. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 10, p. 1-19, 2020.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

GATTI, Bernardete A. Os obstáculos da educação na formação de professores. **Canal da TV CPP do Youtube**. 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kH8ziVVvCSA&t=301s> Acesso: 10 maio. 2021.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREITAS, Andreia Cristina Santos. **Investigação Científica na Educação Infantil**. 2016. 151p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus, 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/201510036D.pdf>. Acesso: 14 set. 2021.

FREITAS, Andreia Cristina; BRICCIA, Viviane. As potencialidades de uma sequência de ensino investigativa na educação infantil. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 01-23, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8947>. Acesso: 20 jun. 2021.

LANDINI, Sônia Regina. Trabalho Docente, Precarização e Quadros de Adoecimento. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 17, n. 30, p. 117-128, julho/dezembro, 2008.

NÓVOA, Antônio. **Formação Continuada Territorial a Distância**. Promovida pela Secretaria da Educação do Estado, através do canal do Instituto Anísio Teixeira, YouTube, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7kSPWa5Nio>>. Acesso em: 30 maio 2020.